

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE E COMO AVALIAR?

Evaluation in early early education: what and how to evaluate?

Maria Fernanda Piornedo – UFMS *
Rozemeiry dos Santos Marques Moreira – UFMS**

Resumo: O estudo buscou identificar qual a concepção de avaliação mencionada no Projeto Político-Pedagógico (PPP) de um Centro de Educação Infantil (CEI), do Sistema Municipal de Educação, no interior de São Paulo. Utilizou-se da pesquisa qualitativa com metodologia de estudo de caso para acesso ao documento para conhecimento sobre avaliação na educação infantil, bem o que se avalia e como são avaliadas crianças pré-escolares, a partir de três recortes: o primeiro quanto à concepção de avaliação da aprendizagem; o segundo referente às atividades (instrumentos) avaliativas; e o terceiro como avaliar crianças nessa etapa da educação básica. Constatou-se que a avaliação na educação infantil embora sendo uma atividade pedagógica contemplada pela Política Nacional da Educação Infantil e em documentos de âmbitos legal e normativo, não foi mencionada no Projeto Político-Pedagógico quais os instrumentos utilizados pelos professores no referido CEI. Isso permitiu identificar que tanto o Projeto Político-Pedagógico quanto a avaliação não são articuladores das intenções, das prioridades e das estratégias para a melhoria da qualidade da educação local, sobretudo no desenvolvimento individual da criança.

Palavras-chave: Avaliação na pré-escola. Projeto Político-Pedagógico. Modalidades avaliativas.

Abstract: The study sought to identify the evaluation concept mentioned in the Political-Pedagogical Project (PPP) of an Early Childhood Education Center (CEI), of the Municipal Education System, in the interior of São Paulo. Qualitative research was used with study methodology case to access the document for knowledge about assessment in early childhood education, as well as what is assessed and how preschool children are assessed, based on three sections: the first regarding the conception of learning assessment; the second referring to activities (evaluative instruments; and the third how to evaluate children at this stage of basic education. It was found that assessment in early childhood education, despite being a pedagogical activity covered by the National Early Childhood Education Policy and in legal and normative documents, was not mentioned in the Political-Pedagogical Project which instruments were used by teachers in the aforementioned CEI. This allowed us to identify that both the Political-Pedagogical Project and the evaluation do not articulate the intentions, priorities and strategies for improving the quality of local education, especially in the individual development of the child.

Keywords: Assessment in preschool. Political-Pedagogical Project. Assessment modalities.

*Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2020). E-mail: costanandap@gmail.com.

** Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul UFMS - Três Lagoas. Pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar Sorocaba. Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos UFSCar - São Carlos. Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. E-mail: rozemeiry.moreira@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre avaliação na educação infantil teve como princípio, a compreensão dessa educação em promover o desenvolvimento integral da criança, sua intencionalidade e com isso, amplia-se vários aspectos a serem abordados sobre o que e como avaliar. Isso se deve ao entendimento da superação da avaliação na mera atribuição de um conceito às etapas do que a criança foi capaz de fazer, de aprender o que ela, ainda não foi capaz de desenvolver em um ambiente coletivo com crianças da mesma faixa etária. Isso pressupõe, ao professor maior critérios de sua observação sobre as diferentes reações das crianças, a percepção de suas diversas tentativas, limites e possibilidades definidoras do cuidar e educar na educação infantil.

A avaliação no ambiente educativo com crianças até 5 anos de idade compreende a finalidade pedagógica de ensinar, observar, acompanhar e desafiar a criança pela ação contínua do professor para identificar e promover situações de aprendizagens. Para se chegar a isso, é necessário que a avaliação seja contemplada pela proposta política pedagógica da instituição para conhecimento e apropriação da prática de todos os professores. Avaliar, então, é a prática que permite ao professor emitir um juízo de qualidade sobre o desenvolvimento da criança para uma tomada de decisão sobre o contexto de uma instituição escolar.

O artigo tem como objetivo, apresentar a proposta de avaliação contemplada pelo Projeto Político-Pedagógico de um Centro de Educação Infantil (CEI), para reflexões se o modo como está proposto oferece subsídios para o planejamento do professor. Nesta perspectiva, a reflexão sobre avaliação se assenta sobre o estudo de caso de um Centro de Educação Infantil, de um município no interior do estado de São Paulo. O acesso ao documento Projeto Político-Pedagógico foi primordial para melhor conhecer o que se avalia e como realiza a avaliação na pré-escola.

Para tanto, a reflexão pontua em três recortes, sendo o primeiro, vinculado a finalidade da avaliação da aprendizagem, o segundo relaciona às atividades avaliativas ao desenvolvimento da criança e, o terceiro recorte analisa como avaliar para a melhoria do desenvolvimento da criança e da prática docente.

O Centro de Educação Infantil, neste sentido, constitui-se efetivamente um ambiente precioso para o desenvolvimento social da criança, por uma aprendizagem realizada de modo individual e no coletivo, possibilitando ao professor a articulação significativa entre os conceitos construídos pela criança sobre a realidade.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A avaliação da aprendizagem é compreendida por um conjunto de procedimentos didáticos, que se estendem ao longo do tempo da permanência do estudante em vários espaços escolares (Hoffman, 2014), com objetivo de coleta de informações do processo de ensino e aprendizagem. Para a autora, as informações que a avaliação oferece ao professor possibilitam interpretar o conhecimento do estudante para a melhoria da continuidade das atividades. Durante este processo, pode e deve ocorrer

intervenções sobre a aprendizagem e sobre o planejamento do professor para a elaboração de novas práticas sobre as dificuldades da aprendizagem evidenciadas pela avaliação.

Daí a importância do entendimento do professor sobre os instrumentos da avaliação para melhor verificação da aprendizagem e também sobre sua prática entendida como processo, para identificar como ocorreu o ensino e aprendizagem de determinado conteúdo do currículo escolar. De modo, que os resultados permitem verificar se os objetivos do ensino foram alcançados, se há fragmentos da não aprendizagem e também, para auxiliar o professor no planejamento de novas metodologias de ensino.

Avaliar para Ferreira (2005 citado por Silva, 2012, p. 2) “significa determinar a valia ou valor de algo ou alguém”, isto é, a avaliação é uma atividade, uma ação, um instrumento que impõe tomada de decisões em diversas áreas da educação escolar à vida fora dela. E para isso, impõe atribuição de valor ao que está sendo avaliado.

A finalidade da prática avaliativa no espaço do CEI é a de identificar a qualidade dos conhecimentos e do desenvolvimento da criança tanto no aspecto social quanto cognitivo durante um determinado período sem a intenção de fazer uso dos resultados para classificação, seleção da melhor e pior criança da turma, de eleger o melhor e o pior professor da turma, a pior ou melhor CEI. Visto que, essa forma de mensuração leva à desvalorização e à redução dos conceitos de avaliar a aprendizagem, ocultando importantes reflexões sobre o processo e, as condições oferecidas pelo CEI para o alcance do resultados.

Ou seja, o objetivo da avaliação da aprendizagem hoje, é o de melhoria do conhecimento escolar, do aperfeiçoamento da prática do professor, de melhores condições da oferta do ensino e aprendizagem, mas ainda, requer maiores interpretações sobre o que está proposto em documentos oficiais entre estes, o Projeto Político-Pedagógico para as devidas adequações da prática.

Neto e Aquino (2009, p. 237) consideram que a avaliação da aprendizagem é “um processo de acolher a realidade como ela aparece, sempre com o objetivo de possibilitar uma transformação positiva”. Em outras palavras, o professor realiza a avaliação para diagnosticar os pontos do desenvolvimento da criança e assim fazer as devidas intervenções e redirecionamentos da prática utilizando-se de novas metodologias de ensino.

Neste sentido, é oportuno considerar com Luckesi (1997) ao posicionar sobre os discursos e práticas ainda hoje, atribuídas à avaliação com finalidade exclusiva de classificação, competição e punição. Pois, para o autor (1997, p.96):

Uma avaliação escolar conduzida de forma inadequada pode possibilitar repetência e esta tem consequências na evasão. Por isso, uma avaliação escolar realizada com desvios pode estar contribuindo significativamente para um processo que inviabiliza a democratização do ensino. Testes mal elaborados, leitura inadequada e uso insatisfatório dos resultados, autoritarismo, etc. são fatores que tornam a avaliação um instrumento antidemocrático no que se refere à permanência e terminalidade educativa dos alunos que tiveram acesso à escola.

A superação dos desvios da prática da avaliação da aprendizagem encontra-se no planejamento escolar, devidamente contemplado pelo PPP institucional para conhecimento de todos os professores e assim contribuir para a efetividade de uma proposta pedagógica que tenha na avaliação a melhoria da aprendizagem.

A partir desse entendimento sobre os constantes desafios apresentados pela avaliação da aprendizagem é que despertou o interesse em refletir sobre a prática e instrumentos da avaliação utilizados pelo professor na Educação Infantil. É preciso problematizar a avaliação tal como é realizada e por quem a realiza e como se apropria dos resultados para a melhoria do desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

A Educação Infantil considerada primeira etapa da educação básica oferecida em Centro de Educação Infantil para crianças de até 5 anos de idade, em período diurno, com uma jornada parcial ou integral. A oferta dessa educação tem como meta o desenvolvimento global da criança abrangendo aspectos físicos, emocionais, psíquicos, afetivos e sociais e completando a ação da família. Neste contexto, a partir das principais ideias de Vigotski (2007), buscou-se fazer uma relação com a avaliação do desenvolvimento da criança, pois para este autor, a interação dos indivíduos com o meio, são determinadas pelo tempo e espaço mediadas por símbolos.

A finalidade da avaliação da aprendizagem na Educação Infantil consiste em conceber a criança como sujeito de direito, como produtora de conhecimento, que tem desejos, que se movimenta, que questiona, que manifesta opiniões. Este é o cenário atual da concepção de infância, que não se permite mais, a prática do professor com resquícios da concepção antiga de criança passiva, que não produz cultura, que não seja protagonista de sua aprendizagem.

Se avaliação impõe análise sobre o processo de aprendizagem então, a prática se faz por um conjunto de procedimentos didáticos, visando analisar todo o percurso do desenvolvimento da criança e com isso, possibilita simultaneamente a melhoria da prática do professor e de critérios quanto ao uso de instrumentos avaliativos que ofereçam subsídios para uma análise descritiva do processo de aprendizagem da criança.

Assim, a proposta da avaliação da aprendizagem no documento Projeto Político-Pedagógico do CEI, bem como a descrição dos instrumentos de avaliação precisam estar alinhados à organização do trabalho pedagógico por todos os professores da instituição.

PERCURSO METODOLÓGICO

Com o intuito de identificar o quê e como é realizada a avaliação na educação infantil, optou-se pela pesquisa qualitativa por se preocupar com “[...] o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes” (Minayo, 2014, p.23), que devem ser melhor analisados em um dado contexto real.

Ao definir o universo de significados de modo qualitativo, buscou-se na metodologia de pesquisa de estudo de caso que “possibilita a penetração em uma realidade social” (Martins, 2008, p.9), de um Centro de Educação Infantil (CEI), do Sistema Municipal de Educação, no interior do estado de São Paulo.

O CEI em questão, oferece oito turmas de pré-escola, sendo quatro turmas de pré II para crianças com cinco anos de idade e quatro turmas de pré I para crianças de quatro anos de idade. O quadro docente é composto por oito professoras licenciadas em Pedagogia e com algumas com especialização em Educação Infantil.

A infraestrutura do CEI propicia, além das salas de vivências, um amplo espaço ao ar livre como pátio, com algumas árvores, brinquedos fixos para o desenvolvimento de atividades recreadoras, de brincadeiras e outras. Também dispõe de espaços para palco, refeitório, sala de professores, dois banheiros adaptados à crianças, banheiros para os professores, uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), sala para a secretaria, a direção e a coordenação pedagógica.

O acesso ao documento Projeto Político-Pedagógico teve como princípio a orientação da pesquisa documental por se referir a um documento da identidade da política de educação da instituição e contemplar a proposta pedagógica.

Pesquisa documental foi realizada a partir do documento considerado como original como é o PPP e nele, a avaliação é uma das atividades expressas neste documento, com o objetivo de identificar como e quais instrumentos avaliativos são utilizados na pré-escola. Visto que, a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (Lüdke, André, 1986).

Nesta perspectiva, é possível entender com Andrade (2019, p. 11) o documento PPP como “uma ferramenta primordial na organização e no direcionamento do ano letivo e da própria instituição”, é portanto, orientado por uma proposta política e pedagógica de educação local.

Segundo o autor (2019), o projeto educativo é, claramente, um documento de planificação escolar de: “longo prazo quanto à sua duração; integral quanto à sua amplitude, na medida em que abarca todos os aspectos da realidade escolar; flexível e aberto; democrático porque elaborado de forma participada e resultado de consensos” (Andrade, 2019, p.12). E, ainda, considerado um documento de característica processual e não de modo linear e conclusivo, pois é flexível para possibilidades de rever, de refazer, de repensar e tem na avaliação a grande base de dados para implementar e mudar o contexto escolar.

De modo que, o acesso ao documento PPP no CEI foi possível pela realização de ações extorsionárias e de Programas de Formação de Professores nessa instituição, sendo uma das ações a avaliação como atividade pedagógica. Com isso, foi possível encontrar a identificação da escola, a proposta pedagógica, a finalidade do CEI, a composição do quadro de cargos e funções dos profissionais que atuam na instituição. Também foi identificado alguns projetos da cultura regional e também projetos pedagógicos que contemplassem a proposta da Educação Infantil todos devidamente aprovados pela gestão do CEI e anexados ao documento PPP, dentre esses, o Projeto de Leitura para a educação

infantil e projetos de ações de datas comemorativas como: dia das crianças, dia da família, dia da alimentação escolar.

No entanto, a proposta de avaliação no PPP foi definida apenas como uma prática para auxiliar a melhoria do desenvolvimento da criança segundo o Art. 31 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de 1996: “Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (Brasil,1996).

Também no documento PPP foi possível observar a ausência de definição dos instrumentos avaliativos como registros da aprendizagem, permitindo compreender que ainda, a avaliação nesta instituição, não tem seu devido reconhecimento como atividade pedagógica na educação infantil para acompanhamento da história que cada criança vai construindo ao longo de sua descoberta do mundo.

A avaliação da aprendizagem de crianças na pré-escola com faixa etária de 4 e 5 anos de idade é indissociável no acompanhamento de seu desenvolvimento. Isto torna possível fazer determinado posicionamento de cada fase de desenvolvimento infantil, vale lembrar que, a partir de uma gestão democrática e comprometida com a melhoria da aprendizagem, o PPP é o documento democrático da instituição elaborado coletivamente por todos os profissionais e, tem na avaliação a validação dessa democracia que é fazer valer - o direito de todas crianças à uma qualidade de aprendizagem.

Neste sentido, avaliação é inerente ao ato de ensinar, por ela identificar o quê e como as crianças estão desenvolvendo sua aprendizagem no ambiente educativo, para as quais a prática avaliativa depende muito da intenção do professor de modo diagnóstica e formativa para assim, identificar as necessidades de reorientação das ações educativas.

Mas, para que a avaliação se efetive no contexto da realidade do CEI há necessidade de constar no PPP para não desvincular o objetivo real da educação oferecida no local, no sentido de oferecer subsídios para todos os professores da mesma instituição o melhor instrumento para avaliar as diversas atividades e acompanhamento do desenvolvimento da criança.

Assim, no PPP deve constar as atividades de avaliação da aprendizagem com a justificativa de sua opção, bem como o quê, como e para que avaliar crianças na pré-escola. Por esta razão, esta reflexão permite mencionar alguns instrumentos de avaliação tendo em vista, que não foram mencionados no PPP do CEI em questão.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: O QUE AVALIAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL?

A educação infantil tem se firmado nos documentos legais que regulamentam a educação no Brasil, como a primeira etapa da educação básica realizada em espaços coletivos como as creches e pré-escolas. Também é o primeiro momento da criança em uma ambiente educacional cuja finalidade é a de garantir seu desenvolvimento integral relacionado aos aspectos físico, social, psicológico, intelectual, complementando a ação da família (Brasil,1996).

Neste ambiente é possível ampliar os aspectos culturais e afetivos de uma criança estando com outras crianças por meio de práticas pedagógicas, que superem o caráter escolarizante da educação, ou seja com olhares sobre a infância. Assim, o processo de desenvolvimento e aprendizagem é indissociável durante o brincar, nos jogos, culturas para a criatividade e imaginação infantil com sentido educativo.

Ao fundamentar a educação infantil na ludicidade significa um saber-fazer reflexivo para que o jogo e a criatividade possa constituir em outras atividades como a da avaliação. Nesse contexto, a prática docente aliada a avaliação passa a ter novos olhares sobre as atividades realizadas pelas crianças para identificar superações e causa da não superação em todos os aspectos de seu desenvolvimento, tendo em vista as especificidades próprias da faixa etária, ou seja crianças com até 5 anos de idade.

Isto porque a preocupação com a qualidade de educação e do cuidado das crianças se tornou crescente desde a institucionalização do atendimento em creche e pré-escola pela Constituição Federal de 1988 e mais tarde regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) com a finalidade de oferecer condições em ambientes educativos para o desenvolvimento integral da criança, por isso a importância dos instrumentos escolhidos pelos professores de modo a contemplar de maneira satisfatória os avanços conquistados pela criança,

A reflexão está em como utilizar-se da avaliação sem a caracterização de classificação, portanto impõe definir o que e como avaliar na educação infantil.

Segundo a LDB/1996, em seu art.31 a avaliação deve ser realizada “mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (Brasil,1996).

O registro resulta do “observar e compreender o dinamismo presente no desenvolvimento infantil [...]” (Silva, 2012, p.4).

O acompanhamento da criança com critérios avaliativos ocorre por meio da observação e registros de sua aprendizagem, de forma contínua feitos pelo professor ao verificar o que a criança fez e como fez, essa comparação monitorada apresenta novos desafios para a prática. É por isso, que o ato de avaliar imprime também o ato de comparar mediante a um referencial ideal da proposta pedagógica.

Ou seja, o ato de avaliar vai além do aspecto cognitivo, pois deve ser formativo e claramente contrário a verificação do trabalho educativo psicologizante, didatizado e antecipador da escolarização das crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

Bassedas, Huguet e Solé (1999, p. 173) orientam a avaliação na educação infantil:

Nessa etapa, a finalidade básica da avaliação é que sirva para intervir, para tomar decisões educativas, para observar a evolução e o progresso da criança e para planejar se é preciso intervir ou modificar determinadas situações, relações ou atividades na aula.

Os autores referem-se à uma avaliação da aprendizagem realizada por meio de registros contínuos, que contemplam os avanços da criança em sua totalidade, seja pelas experiências vivenciadas a partir

do envolvimento no coletivo, seja pela reação de comportamento e diversas ações mediante a cada situação vivenciada pela criança.

Daí a importância do planejamento, pois entendemos a relação indissociável entre planejar e avaliar, por ambas serem intencionais que projetam meios para atingi-los, portanto, não é uma relação neutra, controladora ou puramente técnica e assistencialista ou exclusiva. Mas, a avaliação se for planejada em curto e longo tempo tem na prática do registro a continuidade do acompanhamento do desenvolvimento da criança.

Os registros permitem conhecer os avanços e dificuldades das crianças para melhor interpretação do professor na elaboração de novas práticas metodológicas e de intencionalidades na verificação da aprendizagem. Nesse sentido, ao implementação de novas dinâmicas que favoreçam a aprendizagem individual da criança, bem como o diagnóstico que, quando monitorado, impõe novos registros para acompanhar o processo de desenvolvimento e de aprendizagem e, por isso, a avaliação oferece condições se necessário, para mudar e ou implementar a prática docente (Lepre e Oliveira, 2021).

Ou seja, a avaliação como uma atividade pedagógica a serviço da aprendizagem oferece ao professor dados informativos que norteiam sua prática e a sua autoavaliação para melhor atender a individualidade de cada criança no coletivo com outras crianças. Durante o processo do cuidar e do educar, o registro do desenvolvimento da criança se dá entre o que ela já sabe fazer e do aperfeiçoamento do que já faz, permitindo constantes desafios a fazer o que ela nunca fez diante do desenvolvimento do potencial já adquirido por ela mesma.

É neste contexto que os aspectos físico, social, intelectual e cultural aparecem decorrentes da convivência familiar e, em consequência, o foco sobre a criança e suas potencialidades e não o que a criança não sabe fazer, isto é:

A avaliação deve buscar verificar se os resultados foram alcançados, se houve progressos no aprendizado, quais os pontos positivos ou negativos que o educador deve investigar, de forma que isto contribua também para a melhoria de um (re)planejamento reflexivo da ação educativa (Silva, 2012, p. 4-5).

A relação planejamento e avaliação é uma prática de (re)planejamento reflexivo da ação educativa pela dimensão política pedagógica sobre o que se vai planejar e o que se vai avaliar porque fundamentam novas decisões.

Tanto o plano de aula quanto a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança e com isso, se constitui um sistema de crítica do próprio Projeto Político-Pedagógico da escola e da Política de Educação do Sistema Municipal de Ensino.

As modalidades da avaliação da aprendizagem na educação infantil mais utilizadas são os registros diários, relatórios individuais e os portfólios de atividades realizadas. Esses modelos de avaliação ocorrem de forma similar aos registros de atividades cognitivas e comportamentais relatando situações diárias de avanços e limites constatados pelo professor referentes ao desenvolvimento das áreas motora, cognitiva e afetiva, sociais etc.

Silva (2003, p. 17) faz referência ao desenvolvimento da área motora como o “domínio do corpo, sobretudo nas suas funções de movimento”, isso significa que é nesta área em que se avalia o equilíbrio, expressão corporal, como a criança utiliza os objetos como a cola, o lápis, a tesoura e como faz os recortes, etc. Nesta ação, a intervenção do professor é a de mediador para que a criança desenvolva a sua autonomia e habilidades de aprendizagem.

Já os fatores avaliados na área cognitiva compreendem o desenvolvimento das capacidades de compreensão de mundo, pensamentos e raciocínio, por exemplo:

Linguagem oral e escrita; raciocínio lógico matemático; capacidade de comunicação; interesse pela descoberta das letras e escritas de palavras; comunicação clara, capacidade de observação de semelhanças e diferenças entre os objetos; capacidade de classificação, ordenamento e quantificação com base em atributos de cor, forma, tamanho e espessura; reprodução de histórias com detalhes, identificação de partes de seu corpo, etc. (Silva, 2012, p.8).

A partir desses aspectos, a criança é motivada em verbalizar seus pensamentos e desenvolver sua comunicação verbal com o mundo, aprimorando suas habilidades e percepções diante de novas experiências. Assim, a avaliação oferece condições ao professor para a intervenção imediata em quaisquer atividades em que a criança esteja fazendo, até mesmo no momento do banho e das refeições.

Em relação ao desenvolvimento da área afetiva, a avaliação ocorre sobre os aspectos sócio emocionais, isto é, se a criança é alegre, agressiva, comunicativa, expressiva, se realiza suas atividades com autonomia, se possui foco ou desconcentração constante, se compartilha brinquedos, como se relaciona com os colegas, etc. O professor deve intervir e mediar constantemente para o desenvolvimento da totalidade individual da criança e junto com as demais crianças e é nesta área que a presença da família é primordial, por oferecer atenção, intervenção e colaboração confirmando que a avaliação se faz por meio de diálogo entre família e escola.

A integração com a família necessita ser conquistada e não imposta pela instituição da educação infantil para assim, ser mantida e desenvolvida ao longo da permanência da criança no ambiente educativo. Durante esse processo, o que avaliar na Educação Infantil é realizado em concomitância ao desenvolvimento de sua aprendizagem e, portanto a criança é a protagonista da sua própria aprendizagem. Para tanto, a família precisa ser informada sobre como a CEI realiza a avaliação.

COMO REALIZAR A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL?

A avaliação na Educação Infantil é um processo contínuo e sistemático, isto é, ocorre durante todo o processo de aprendizagem. Inicialmente, é realizada uma avaliação diagnóstica que tem como objetivo a coleta de informações que revelam o conhecimento que a criança já possui para, a partir de então, elaborar atividades condizentes para o seu desenvolvimento.

A avaliação diagnóstica oferece dados para o professor reconhecer as potencialidades do desenvolvimento integral da criança (Lepre; Oliveira, 2021), ou seja, o que ela consegue fazer sozinha, exercendo sua autonomia sem a intervenção e mediação do professor.

No dizer de Silva (2012, p.9), a avaliação exige, [...] de quem avalia, uma consciência clara de seu próprio papel e dos esforços que faz, no sentido de atingir seus propósitos e objetivos. Talvez a avaliação do aluno devesse começar com a autoavaliação do professor.

Assim, o como avaliar deve ter como parâmetro a autoavaliação do professor, visto que,

[...] não é possível praticar sem avaliar a prática. Avaliar a prática é analisar o que se faz, comparando os resultados obtidos com as finalidades que procuramos alcançar com a prática. A avaliação da prática revela acertos, erros e imprecisões. A avaliação corrige a prática, melhora a prática, aumenta a nossa eficiência. O trabalho de avaliar a prática jamais deixa de acompanhá-la (Freire, 1984, p. 92).

De modo que a autoavaliação é uma atividade inseparável da prática do professor para que ele, se situe também neste processo para melhor atuação entre o cuidar, educar e avaliar as crianças.

A prática da observação deve ser registrada diariamente com informações básicas para o planejamento na continuidade das atividades. O registro das observações deve conter atividades realizadas, a frequência e o modo das interações estabelecidas entre as crianças, o professor e os demais profissionais do CEI, visto que:

A avaliação requer um olhar e uma escuta em relação às crianças, mas não a partir de categorias predeterminadas que acabam definindo o que a criança deve fazer em cada etapa, ou melhor, em uma determinada idade. Essa perspectiva leva o professor a acompanhar o processo de aprendizagem, mas o faz classificar e categorizar a criança em relação a um esquema de estágios de desenvolvimento definido a priori (Godoi, 2007, p. 5).

De modo que, o registro se torna uma avaliação, por retratar o momento em que a professora descreve as atividades realizadas com as crianças, ora individual, ora coletivamente. Esses registros são anexados em uma pasta específica para posterior análise em momentos de planejamento do professor e se constitui o documento das experiências e reações da criança em momento real.

A estrutura de um formulário de registro deve considerar alguns aspectos entre os quais: onde, quanto, o que, como, quando registrar sobre a criança e as características especiais de cada criança (Santos, 2012). O registro do processo de apropriação do conhecimento pela criança é “[...] ao mesmo tempo em que é possível refazer e registrar a história do seu processo dinâmico e construção do conhecimento, sugere, encaminha, aponta possibilidades ação educativa para pais, educadores e para a própria criança” (Hoffmann, 1996, p. 53).

Uma das avaliações por registro muito utilizada pelos professores na Educação Infantil é o Portfólio, organizado por um “conjunto de registros relativos aos grupos, que não obedece a cronologia necessariamente e usualmente aplicados em projetos específicos” (Hoffmann, 1996, p. 53).

A avaliação por portfólio é dinâmica, com atividades organizadas em uma pasta individual para cada criança que, a partir de um trabalho criativo do professor para armazenar e organizar todas as atividades realizadas pela criança de um dado período, evidenciando os avanços de sua aprendizagem e de seu desenvolvimento em consonância à proposta política pedagógica institucional.

No portfólio os registros dos diferentes documentos como experiências de aula, trabalhos pontuais, acompanhamento do processo de aprendizagem, conexões com outros temas fora da escola, representações visuais, dentre outros, mostram como são trabalhadas as diferenças individuais em sala de aula, partindo do princípio de que, cada criança é diferente, pois tem um modo diferente de aprender (Silva,2012).

Assim, quando a avaliação é condizente ao trabalho realizado na prática, setorna contínuo, reflexivo e dinâmico por resultar do acompanhamento constante da criança e compartilhado com a família para que esta perceba o trabalho realizado na instituição.

Nunca é demais refletir que avaliação vincula diretamente os valores pregados pelo grupo social ao qual a educação serve. Assim, Lüdke(1987) orienta que, se quiser saber o que uma sociedade valoriza, basta observar avaliação que ocorre no contexto escolar em diferentes níveis da educação. Em especial, na Educação Infantil a avaliação requer um olhar em relação a infância, sem fazer uso da classificação e categorização em relação a esquemasde estágios de desenvolvimento pré definidos (Godoi,2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Optar em olhar a avaliação no PPP de um CEI é não ter dúvidas de encontrar apontamentos sobre o juízo de qualidade, de dados relevantes e de tomada de decisão sobre a oferta da Educação Infantil na instituição. Na possibilidade de não encontrar no PPP a descrição dos instrumento de avaliação é também não encontrar o quê e como se faz o acompanhamento do desenvolvimento infantil na instituição.

Pois, os resultados da avaliação na Educação Infantil são utilizados para a elaboração do planejamento, de modo a assegurar a continuidade das ações resultantes do conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer das crianças. Partindo desses princípios, as atividades e vivências a serem realizadas e observadas no contexto do CEI devem atender aos respectivos direitos da criança de estar e aprender no CEI, que não se cumpre apenas no ato de sua matrícula, mas durante sua permanência mediante o atendimento e melhorias na qualidade de seu desenvolvimento.

Conclui-se, que a avaliação na Educação Infantil ocorre e deve ocorrer para melhor contribuir e intervir no desenvolvimento da criança, sem a intenção de classificação e julgamentos, mas de priorizar o acompanhamento do desenvolvimento da criança pela prática do professor em cuidar e educar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. S. F. Gestão Escolar Democrática: um Estudo Sobre o Projeto Político-pedagógico da Escola. Repositório UFPB: João Pessoa/PB, 2019. Disponível em

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16314?mode=simple>. Acesso em: 08 de nov.de 2023.

BASSEDAS, E. HUGUET, T.; SOLÉ, I. Aprender e ensinar na educação infantil. Porto Alegre: Artes Medicas Sul, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 08 de nov.de 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de diretrizes e bases da educação: (Lei 9.394/96). Rio de Janeiro, 1996

FREIRE, P. A importância do ato de ler em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1984.

GODOI, E. G. Avaliação na educação infantil: a importância do registro como fonte de reflexão. Revista Cirandar, Hortolândia/SP, ano I, n. 1, p. 4-5, jul.2007.

HOFFMANN, J. Avaliação mediadora na educação infantil. In: GUIMARÃES, C.M.; CARDONA, M. J.; OLIVEIRA, D. R. (org.). Fundamentos e práticas da avaliação infantil. Porto Alegre: Mediação, 2014.

HOFFMANN, J. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 1996.

LEPRE, R.M.; OLIVEIRA, J. Avaliação na Educação Infantil: por que, o que e como avaliar? Bauru, 2021. <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/601655> Acesso em: 17 de julho de 2023

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. 6ª ed., Cortez Editora, São Paulo; 1997.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986

NETO, A.L.G.C.; AQUINO, J. L. F. A Avaliação da Aprendizagem como um ato Amoroso: o que o professor pratica?. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.25, n.02, p.223-240, ago. 2009 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/G8jSCxDmCMRDnZcY67m5x4m/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 de out. de 2023.

PIMENTEL, A. Vygotsky: uma abordagem histórico-cultural da educação infantil. In: FORMOSINHO-OLIVEIRA, J. O.; KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. Pedagogias da infância: dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SILVA, T. Z. Avaliação na Educação Infantil: um breve olhar na avaliação de aprendizagem. *Revista Thema*, p. 1-14, fevereiro, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/142>. Acesso em: 14 de abril de 2023.

SILVA, T. Z. Avaliação na Educação Infantil: um breve olhar na avaliação da aprendizagem. *Revista Thema*, v. 9, n. 2, 2012.

VASCONCELOS, Y. L.; YOSHITAKE, M.; FRANÇA, S. M.; DA SILVA, G. F. Método de Estudo de Caso como Estratégia de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*,

[S. l.], v. 16, n. 1, p. 48–59, 2015. DOI: 10.17921/2447-8733.2015v16n1p48-59. Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgskroton.com.br/article/view/347>. Acesso em: 8 de set. 2023.

VERNAGLIA, T. V. PESQUISA QUALITATIVA. eduCAPES: 18 de ago de 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/581071?mode=full>. Acesso em: 7 de out. de 2023.

VIGOSTTSKI, L.S. A formação social da mente.7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Recebido em: 10.01.2024

Aprovado em: 10.04.2024